



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO
DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2016**

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a quinta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE SETEMBRO DE 2016;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3-PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017/MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS OS ARTIGOS 28º E 29º DO ANEXO À LEI Nº35/2014, DE VINTE DE JUNHO (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = PRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4-COMPROMISSOS PLURIANUAIS=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, PARA A ASSUNÇÃO PLURIANUAL DE COMPROMISSOS, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO6ºDA LEI Nº8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI Nº 22/2015, DE 17 DE MARÇO E CONSEQUENTE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NAS SITUAÇÕES EM QUE SE VERIFIQUE O ESTADUÍDO NO Nº 3 DO CITADO ARTº 6º = PRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, EM 2017/ (ARTº50º DA LEI Nº 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

2.6-PAEL TERCEIRO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO/2016 (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO= ACOMPANHAMENTO;

2.7-DECLARAÇÃO- 6ª ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO- ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO= CONHECIMENTO;

2.8-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES, NO TOCANTE À AUTORIDADE DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.9-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: “BASTA! NEM MAIS UMA MORTE NO IP3” = APRECIACÃO, DISCUSSÃO E EVENTUAL VOTAÇÃO COMO MOÇÃO;

2.10- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: “ESTAÇÃO DE CAMINHOS-DE-FERRO – MELHORES CONDIÇÕES SÓ COM MAIS INVESTIMENTO” = APRECIACÃO, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO COMO MOÇÃO.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: António José Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Luís Miguel Ferreira Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Joaquim Pereira Rodrigues, Urbana Maria Coimbra Sousa, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques.

Com a presença de vinte e cinco deputados, treze deputados do Partido Socialista (PS); onze deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(CDS/PP), verificando-se a ausência dos Senhores Deputado, Tiago Rafael Rodrigues da Costa e Márcia Sofia Gonçalves Marques, faltas que foram consideradas justificadas pela mesa, deu-se início à sessão com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 1º Secretário da Mesa, o Sr. Deputado César Fernando Lima Branquinho, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM) abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período.

Foi dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz. Na sua intervenção mencionou que no presente ano se assinalam os quarenta anos das primeiras eleições autárquicas em Portugal. Referiu a revolução de vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro como a conquista pelos portugueses da liberdade, de poder votar, de poder escolher os seus dirigentes locais e de cada um se poder candidatar qualquer cargo público, ou seja, deu a oportunidade a todos de poderem participar ativamente na vida política e de fazer parte fundamental nas decisões que são tomadas tanto a nível nacional como local. Continuou a sua intervenção dizendo que as primeiras eleições autárquicas em Portugal se realizaram a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis e que desde aí o papel das autarquias foi determinante no desenvolvimento local através da realização de infra-estruturas e equipamentos básicos tais como o abastecimento de água ao domicílio, o saneamento básico, a construção de arruamentos e estradas, a eletrificação, o aparecimento de equipamentos sociais e desportivos que melhoraram significativamente a qualidade de vida das populações. Ao longo destes quarenta anos o poder local tinha sofrido inúmeras alterações ao nível das competências nacionais atribuídas resultantes de uma mudança de paradigma e da consequente adaptação às respostas a dar aos cidadãos. Hoje não havia dúvida que a consolidação da democracia se deveu ao papel determinante de todos os eleitores na aproximação do estado e dos cidadãos.

Em Santa Comba Dão, à semelhança do resto do país, também se realizaram as primeiras eleições autárquicas, a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis e, na ata da assembleia de apuramento geral das eleições dos órgãos autárquicos locais, datada de dezassete de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, constavam a inscrição de nove mil e oitenta e quatro eleitores e a respetiva data de instalação: quinze de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete.

Perante a importância do assunto em análise a bancada parlamentar do Partido Socialista (PS) solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a realização de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma sessão solene, ou outro evento, que homenageasse todos os primeiros autarcas eleitos. Foi sugerida a data da primeira assembleia da tomada de posse, quinze de fevereiro. Isto, porque era imperativo que todos os cidadãos, de todas as idades, se empenhassem profundamente e participassem de uma forma ativa e consciente nas decisões políticas da sua região uma vez que os mais jovens estão atualmente um "bocadinho" arredados da política. A Sra. Deputada achava que este evento também iria mostrar a importância dos órgãos do poder local porque participar também é poder decidir.

Tomou a palavra o Sr. Deputado António José Correia que começou por desejar, em nome do grupo parlamentar do PPD/PSD, um feliz Natal a todos os deputados e santacombadenses e um Ano Novo cheio de realizações e sucessos pessoais e profissionais. Depois disse que a sua intervenção ia muito direcionada para a questão dos quarenta anos do poder local democrático, que consta como anexo I da presente ata e dela fazendo parte integrante.

Informou que no passado dia treze de dezembro, no âmbito das comemorações dos quarenta anos das primeiras eleições democráticas do poder local, a Câmara Municipal havia decidido, por iniciativa dos senhores vereadores do seu partido - PPD/PSD, homenagear os primeiros eleitos a doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis louvando a iniciativa e o simbolismo da mesma, sobretudo por ter sido um momento que nos levou a refletir sobre o trabalho autárquico, dos seus protagonistas em geral e dos de Santa Comba Dão em particular.

Afirmou podermos dizer que foram quarenta anos de empenho, altruísmo e dedicação à causa pública e a Santa Comba Dão. Asseverou serem, sem qualquer espécie de dúvidas, anos de desenvolvimento social e económico no sentido das diferentes abrangências do tema. Todos os autarcas que exerceram funções executivas e deliberativas na nossa terra, desde há quarenta anos atrás até aos dias de hoje, foram cidadãos que deram tudo e continuarão a dar, acredita, no sentido de ver melhorar a sua terra e o nível de vida das suas gentes.

Disse entender que poderia ter havido outros caminhos mais prósperos mas que, ao seu tempo, nos que foram seguidos, havia a firme convicção de serem efetivamente os melhores. Com o emergir da democracia do poder local, em mil novecentos e setenta e seis, viveu-se seguramente uma época de grande intensidade na vida política. Seguramente que estes primeiros anos terão sido entusiasmantes, motivadores e mobilizadores de uma luta acesa mas leal, em que o respeito pelos adversários políticos era à prova de bala mas, para ele, as características que mais marcavam os primeiros anos de democracia no poder local eram a de que os interesses políticos e pessoais, após as eleições, ficavam à entrada



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da porta da Câmara Municipal e a de que os interesses passavam a ser os dos santacombadenses. Realçou ser isso a verdadeira essência da democracia e de se poder agradecer, a quem viveu esses momentos, os ensinamentos que nesta matéria deram aos vindouros. Também disse que infelizmente esses comportamentos não tinham feito escola para alguns mas que no entanto continuava a acreditar que a esmagadora maioria, de quem esteve e de quem está, os procura seguir. Constatou que felizmente, com o passar dos anos, o escrutínio popular e social foi aumentado relativamente ao comportamento dos autarcas. Reconheceu que os exemplos negativos explanados haviam trazido razões para que se iniciasse um processo gradual de desconfiança perante a política e os políticos, constatando no entanto que a grande verdade era que não havia democracia sem políticos. Concluiu também que a falta desse escrutínio levaria à anarquia e a espaços privilegiados onde emergiriam soluções totalitárias que não se desejam repetidas.

Salientou caber a todos nós contribuir para mudar esta tendência mantendo fiéis os compromissos e princípios e participando ativamente na vida política, apesar de se saber que cada vez era mais difícil e de saber ser muito mais fácil estar sentado em casa a criticar. Os políticos, afirmou, continuavam a ser vistos como privilegiados sendo isso, por ser gratificante, verdade, no poder local, ao poderem contribuir, no que tocava às questões das relações humanas, para a melhoria das condições de vida de um determinado agregado familiar, para a disponibilização às crianças de meios e recursos desenvolvendo assim as suas aptidões, para, empenhadamente, poderem ajudar na construção de uma sociedade melhor. Concluiu dizendo que em tudo o resto os autarcas não são uns privilegiados.

Também referiu que na era da informação digital em que vivemos era necessário ter coragem e um grande sentido de missão para enfrentar a informação e contra informação ao minuto e que isto, para o político e muitas vezes a família, constituía uma exposição que não tinha preço, sabendo isto quem já havia exercido funções executivas. O Sr. Deputado disse ainda entender que devíamos ter orgulho destes anos e dos autarcas que os protagonizaram assinalando terem todos eles contribuindo de diferentes formas para um concelho mais desenvolvido e mais solidário.

Depois tomou a palavra o Sr. Deputado Manuel Luís Leitão começando por questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a situação do aquecimento dos centros educativos, dado estar muita gente a questionar inclusivamente nas redes sociais. Referiu-se aos animais abandonados que aparecem no nosso concelho, informando



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terem ocorrido alguns incidentes com munícipes. Nesta senda questionou o que estava a ser feito para mitigar estas situações.

Em seguida interveio o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que, destacando nos seus cumprimentos a presença de representantes da Universidade Sénior, se referiu a importância do poder local durante quarenta anos nomeadamente ao acontecimento dessa semana no salão nobre da Câmara Municipal - a comemoração do poder local. Disse que esta se revestiu de grande simbolismo e que através dela se pretendeu homenagear todos aqueles que nos antecederam nos mais diversos executivos. Também disse que apoiava a proposta da Sra. Deputada Edite Cruz. Em seguida referiu que na cerimónia foi homenageado um vereador do CDS que já tinha falecido e o ofício que a Câmara Municipal enviou à filha do homenageado, Dr. Décio, informava que poderia usar da palavra se assim o entendesse, mas isso não aconteceu. Considerou ter sido uma gafe, pois a Senhora esteve presente e não lhe perguntaram se queria usar da palavra, pois trazia um discurso escrito pelo pai, com valor histórico, em que se poderia compreender melhor o que aconteceu em mil novecentos e setenta e seis. Depois indicou que na estrada EN2 junto às Lameiras não havia linhas divisórias no meio da estrada facto esse que dificultava a condução, em especial à noite, alertando para a necessidade de avivar as linhas limites e do meio da estrada. Em seguida apontou para o problema da falta de um canil e que já no anterior Executivo tinha questionado se não haveria possibilidade de arranjar um, ao que lhe foi dito, pelo anterior Presidente da Câmara, que havia três municípios interessados na sua construção e que o mesmo ficaria instalado no nosso concelho. Então questionava, se passados estes anos todos, não havia chegado a hora de fazer alguma coisa e se a Câmara tinha uma palavra a dizer para minimizar o problema. Por fim disse que a Universidade Sénior estava a desempenhar um papel relevante e que estava sempre disponível para difundir a cultura, que merecia ser apoiada como as outras instituições de cultura e que não era preciso gastar muito dinheiro para a realização dos diferentes eventos culturais do concelho.

Tomou a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para abordar o assunto relativo à radioterapia em Viseu dizendo que este assunto já havia sido debatido anteriormente e que tinha tido várias intervenções da bancada do PS para a sua manutenção em Viseu. Depois o Sr. Deputado disse que o alegrava o facto de no dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis o Senhor Secretário de Estado da Saúde comunicar à imprensa que foi decidido instalar a unidade de radioterapia Tondela/ Viseu mais concretamente em Viseu. Acrescentou que tinha de saudar o Sr. Deputado Rui Jorge pelo facto de, na altura, também ter feito uma intervenção nesse mesmo sentido. Assim, trazia uma proposta de moção relativa à Unidade de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, cujo conteúdo constitui o anexo nº dois desta ata e dela faz parte integrante.

Logo de seguida o Sr. Deputado António Correia pediu para intervir dizendo lamentar profundamente a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, não sobre a essência mas sobre a forma, pois o Sr. Deputado tinha tentado de alguma forma mencionar, nesta Assembleia, que apenas o PS e o CDS/PP a defenderam. Assinalou que a sua bancada parlamentar não o admitiria porque nesta Assembleia sempre defenderam que o serviço de radioterapia devia ser instalado no nosso território. Sempre disseram que o serviço, fosse privado ou público, era importante que existisse no nosso território. Disse ainda que o Sr. Deputado tinha tentado branquear o comportamento e a atitude do PPD/PSD quando a realidade era que tinham estado sempre do lado do PS e do CDS/PP nesta Assembleia.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho para defesa da honra. O Sr. Deputado disse que a sua intervenção não teve intenção de magoar ninguém e pediu desculpa. Sabia que estiveram todos juntos para que a radioterapia viesse para Viseu, para privados ou público, mas que o privado seria na sua opinião injusto dado uma franja da população não ter dinheiro e que por isso o serviço público tinha sido sempre a ambição do PS. Que só se lembrou da intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que, enquanto utente, também havia lutado por esta resolução. Transmitiu que o Sr. Deputado o tinha interpretado mal mas que mesmo assim reiterava as suas desculpas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção apresentada pelo grupo parlamentar do PS subordinada ao tema “Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela/ Viseu” à votação tendo sido aprovada por unanimidade

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Pereira que registou com agrado a aprovação do projeto da CIM para a criação de uma Plataforma Tecnológica de Apoio ao Planeamento e Gestão de Risco no âmbito da proteção civil, representando um número de investimento na ordem dos 165mil euros, o que iria auxiliar os responsáveis nos processos de tomada de decisão tornando os serviços prestados às populações melhores, mais rápidos e eficazes. Depois perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se podia fazer um resumo do processo de investigação ao incêndio de agosto, causado pelo comboio, e qual era sua visão acerca do que se passaria a seguir nesse processo. De seguida referiu o circuito de manutenção que existe ao redor do estádio municipal com vários aparelhos sem placas informativas sobre o seu objetivo e a sua correta utilização, apesar de lá existirem infra-estruturas para essa informação, acrescentou que este trabalho poderia ser feito pelos funcionários da Câmara. Por último deixou o alerta



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que nesta altura do ano a remoção das folhas das árvores seja feita com mais frequência uma vez tornarem o piso mais escorregadio colocando as pessoas em perigo.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que aceitava o desafio da proposta da Sra. Deputada Edite Cruz acerca da comemoração dos 40 anos dos autarcas. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho com os líderes parlamentares e com a Câmara Municipal para dignificar esta data.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas no período de antes da ordem do dia pelos Senhores Deputados. Começou por agradecer a presença de representantes da Universidade Sénior nessa sessão da Assembleia Municipal destacando a sua importância no plano cultural do município e realçando ser uma das suas funções estar a par da vida municipal. Congratulou-se, na qualidade de Presidente da Câmara, à semelhança do que é o sentimento comum, com a proposta de homenagem aos primeiros autarcas deste concelho. Referiu a Câmara já ter feito a homenagem aos membros do Executivo que tomaram posse a quinze de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete e disse fazer todo o sentido evocar os primeiros homens e mulheres que se dedicaram ao desenvolvimento da nossa terra permitindo destacar aqueles que não ainda não tiveram essa visibilidade nomeadamente os membros da assembleia municipal, os eleitos das assembleias de freguesia e os presidentes de junta de freguesia.

Depois respondeu ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira relativamente à questão colocada. Referiu não querer desculpar-se naquilo que foi a condução do processo de homenagem e esclareceu ter sido um mal entendido. O ofício referia que haveria lugar a intervenções caso assim os homenageados o entendessem. Por qualquer motivo não teve, nem a secretária da reunião teve, esse conhecimento como tinha acontecido relativamente ao Dr. António Maria Matos que foi incumbido pelo Sr. Lauro Gonçalves de fazer uso da palavra, em nome dos dois. Contudo, acha que este incidente se resolve facilmente na sessão da Assembleia Municipal em que se realize a homenagem a todos os autarcas, a comissão que for constituída, se assim o entender, poderá conceder a oportunidade da leitura do discurso do Dr. Décio.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Leitão e no que dizia respeito ao aquecimento dos centros escolares referiu ser um problema complicado que não era de agora. Elucidou que tinha começado no Centro Escolar Sul há mais de dois anos. Começou com um problema com o sistema geotérmico, o que obrigaria à substituição de todo o equipamento. Esclareceu que o centro escolar sul e centro escolar centro não são propriedade do município, havendo um contrato de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

arrendamento, tendo por isso a parceria público privada, dona da obra, a responsabilidade de resolver este problema. Informou ter contactado a administração da parceria público privada de imediato e que esta tinha desencadeado contactos no sentido de os resolver. Esclareceu que no Centro Escolar Sul a situação estava normalizada devido à existência de um sistema de aquecimento elétrico alternativo para situações temporárias. Comunicou que a Câmara não tinha estado inativa tendo sido desencadeados contactos com outras empresas. Disse que até ao momento nenhuma das empresas contactadas dispunha de meios técnicos para os resolver, continuando a autarquia a fazer contactos no sentido de resolver a situação o mais rápido possível. Clarificou que se tem estado a resolver provisoriamente os problemas. O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que até ao início do segundo período não iriam ter o problema definitivamente resolvido mas que continuariam em busca das melhores soluções definitivas e que as soluções alternativas passavam por colocar aquecedores elétricos.

Depois referiu que o problema dos cães já tem muitos anos e que no âmbito da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão se iria empenhar na construção de um canil intermunicipal para o qual já teria existido um terreno comprado, no limite entre Santa Comba Dão e Carregal do Sal, mas que as condições para a sua construção ainda não se concretizaram. Sabe que no anterior Executivo houve um protocolo que foi feito mas como algumas cláusulas não foram cumpridas, o mesmo, não foi por diante. Neste momento a Câmara tinha um protocolo com o canil intermunicipal do Satão, desenvolvendo ainda campanhas de adoção, conforme consta da página da autarquia. Que o Município não tinha capacidade financeira para ter um canil, pois existe um regulamento que diz respeito a exigências de instalações e pessoal técnico especializado para além da alimentação dos animais, no entanto, estão atentos ao problema e a fazer o que é possível.

Relativamente às questões de segurança levantadas pelo Sr. Deputado Rui Jorge Pereira acerca dos limites das estradas disse que o trabalho estava a ser feito e que começou pelas situações mais preocupantes e pelas recomendadas pelo Conselho Municipal de Segurança, estas tinham a ver com cruzamentos.

Relativamente ao papel da cultura, o Sr. Presidente da Câmara disse que estavam a apoiar dentro das possibilidades todas as associações e que a Universidade Sénior merece todo o carinho referindo que a questão da solidão levava a que as pessoas envelhecessem mais depressa. Enalteceu a importância da existência de um espaço para realizar atividades de caráter lúdico e cultural e que estas devessem ser transmitidas aos munícipes. Concordando que todas as associações do concelho



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham queixas relativamente ao apoio, disse ter dado o possível, mas que este apoio tinha vindo a aumentar gradualmente.

Acrescentou que a Universidade Sénior ocupa instalações do Município, que apoia no pagamento dos encargos das instalações e na disponibilização de alguns funcionários e que este ano atribuiu o mesmo apoio financeiro que o dado a outras associações.

No âmbito do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da CIM informou estarem orçamentados, para dois mil e dezassete, alguns projetos no âmbito da inclusão social, financiados pela comunidade europeia, que estavam perfeitamente orientadas para a Universidade Sénior o que iria permitir que a Universidade Sénior viesse a desempenhar um papel ainda mais importante. Também, disse ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, como homem da cultura que era, saber que este tinha tido um papel importante na Biblioteca Municipal, agradecia-lhe o seu empenho e o das outras pessoas nesse domínio, na transmissão de cultura e poesia junto das instituições de solidariedade.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Artur Pereira sobre a investigação aos incêndios disse que foi constituída uma comissão de investigação e elaborado um relatório, ao qual ainda não teve acesso, mas o que foi lhe dado a conhecer pela representante do Município da dita comissão é que ficou claro que o incêndio foi provocado pelo comboio, colocando-se, agora, o problema de quem ia assumir a responsabilidade. O Sr. Presidente disse que ia acompanhar todo o processo pois existiam questões que o faziam estar permanentemente em contacto com a Infraestruturas de Portugal e que nesse sentido já havia solicitado uma reunião para saber, perante o relatório, o que é que a administração pensava fazer.

Na questão relativa ao circuito de manutenção disse que as informações nunca lá estiveram e que tão rápido quanto possível iriam lá ser colocadas. Ainda referiu que esta intervenção iria ser complementada com a resolução de alguns problemas ambientais e de jardinagem.

Relativamente à queda das folhas disse ser este um período crítico devido à queda constante das mesmas tornando capacidade de dar resposta rápida difícil.

Por fim aproveitou para em nome do Município desejar a todos um feliz Natal e que o Ano Novo fosse próspero tanto a nível pessoal como do desenvolvimento do nosso concelho.

Foi ainda dada a palavra à Sra. Vice Presidente para dizer que tinha ido aos centro escolares norte e centro verificando que nas salas do 1º ciclo existia calor, mas que as salas do pré-escolar eram um bocadinho mais frias, daí ter solicitado ao professor



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Armando a sua deslocação a cada um dos espaços a fim de fazer um levantamento das necessidades de possível aquisição de aquecedores para as colmatar de imediato.

Depois interveio a Sr. Deputada Inês Simão para dizer que não concordava com o que ouviu da Sra. Vice Presidente, porque os professores do primeiro ciclo eram os que mais se queixavam do frio, que era muito, e que o pessoal auxiliar e as crianças estavam a ficar doentes. Disse ser o que sentia relativamente ao Centro Escolar Norte.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

I I- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE SETEMBRO DE 2016;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro de 2016, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo doze votos do PS, nove votos do PPD/PSD, um voto do CDS/PP. Não participaram na votação os Senhores Deputados Maria José Tavares, António José Correia e Luís Miguel Ferreira Marques por não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Presidente da Câmara que nos termos do nº1 do art. 16 do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou a informação sobre a atividade do Município, no período compreendido entre vinte e seis de setembro e dezassete de dezembro, e da situação financeira do mesmo, compreendido entre o período de nove de janeiro e nove dezembro de 2016.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Correia para dizer que o Sr. Presidente da Câmara estava muito incomodado com a notícia falsa publicada no Jornal do Centro e que o compreendia. Observou que quando o Sr. Presidente da Câmara estava a falar sobre o assunto olhava para a sua bancada parlamentar mas que esta não tinha por hábito plantar este tipo de notícias. Depois o Sr. Deputado abordou o assunto dos centros escolares para dizer que já não bastava o Sr. Presidente da Câmara, assim como a Sra. Vice Presidente, dizer que a situação não era assim tão grave, uma vez que tinha ficado demonstrado o contrário pelo testemunho anterior



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

de quem lá estava todos os dias. O Sr. Deputado referiu que para além de autarca era também pai e tinham-lhe chegado esses relatos. Depois disse que o Sr. Presidente da Câmara mencionou que há dois anos haviam começado os problemas e que continuavam a monitorizar e a avaliar esta situação que necessitava de uma solução urgente. Comunicou que, a bem de todos, tinham da sua bancada todo apoio para a dita resolução.

Relativamente ao comunicado havido do Sr. Presidente de Câmara e da Associação de Pais disse não ser com tentativas de branquear a situação que se resolviam os problemas. Este assunto teria que ter uma solução definitiva. Incitou o Sr. Presidente da Câmara a adotar os procedimentos que tivesse de adotar, a investir o que tivesse de investir, que estariam cá para o apoiar.

Sobre a radioterapia mencionou que o PPD/PSD estava satisfeito com o anúncio, mas que não passava de um anúncio e queriam ver a sua concretização na prática. Em relação ao canil intermunicipal perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que é que pensavam as câmaras de Carregal do Sal e de Mortágua e que se não houvesse oportunidade de o construir o que é que iria fazer.

Por último pedia ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento relativo a uma situação que se arrastava há algum tempo e que tinha a ver com a Escola Profissional. Informou que provavelmente em dois mil e treze, não tinha a certeza exata da data, havia sido feita uma candidatura a um programa comunitário Leonardo Da Vinci permitindo que um conjunto alunos dessa escola fosse estagiar noutros países, promovendo o intercâmbio cultural, sem nenhum custo para a escola, e que com o seu encerramento e mudança de Executivo o projeto não estava fechado, havia um conjunto de pagamentos a fazer à entidade Adamastor que promoveu a candidatura. Informando que no dia três de março de dois mil e dezasseis lhe foi solicitado estar presente na Escola Profissional com o administrador de insolvência, onde também esteve presente a Sra. Vice Presidente da Câmara, queria saber quando é que se resolvia a situação com a entidade Adamastor, pois os fundos comunitários chegaram à escola, como foi assumido pelo Sr. Administrador da insolvência, tendo sido utilizados noutras coisas como o pagamento de água e luz. Referindo o Sr. Deputado António Correia que não foi só nos mandatos anteriores que os fundos comunitários eram utilizados para outros fins que também neste mandato acontecia, perguntando quando é que esta situação se resolvia.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira para dizer que relativamente à atividade do Município, que abrangeu vários domínios, queria enfatizar uma nova vida da Biblioteca Municipal, à qual sempre que era chamado dizia presente, porque era um homem de cultura que era assim que entendia pautar a sua vida política e de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

cidadania. Isto significava que já lá ia o tempo em que a Biblioteca tinha caído num profundo marasmo e que lhe parecia haver novas pessoas com vontade de querer protagonizar novas iniciativas. Disse esperar que lhes facilitassem a vida de modo a levar por diante as boas intenções. Depois chamou a atenção para o problema da passadeira para peões entre o Intermarché e o LIDL pois as pessoas, especialmente as mais velhas, passam no sinal verde para os carros e já não era a primeira vez que os carros faziam travagens quase em cima da passadeira, por isso alertava para ver se era possível encontrar uma solução.

Outro assunto referido pelo Sr. Deputado foi relativo ao desenvolvimento económico do concelho nomeadamente as famigeradas termas do Granjal. Disse haver que sensibilizar os possíveis investidores. Disse querer saber qual ponto de situação pois as novas gerações defrontavam obstáculos com emprego e que seria uma forma de abrir portas para o desenvolvimento do concelho. Também mencionou as dificuldades que o comércio local estava a atravessar e o que se poderia fazer.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que algumas intervenções feitas neste ponto dos trabalhos deveriam ter sido feitas no ponto antes da ordem do dia.

Depois interveio o Sr. Deputado Marco Varela, que focou a questão da saúde, dizendo que foi uma intervenção que o PPD/PSD fez, e que o fez na sua pessoa, e se havia matérias em que de facto devíamos ter grande preocupação era esta. Disse que ele, em particular, não se preocupava só com questões locais mas também com questões a nível intermunicipal que, de uma forma direta ou indireta, afetam a vida e a continuidade das pessoas neste território, atendendo ao facto de que todos sabíamos que viver aqui acarreta problemas de densidade e assimetrias relativamente a outros concelhos e distritos.

Depois focou uma questão simples que lhe fizeram chegar, não tinha dados concretos por isso pedia desculpa, e que tinha a ver com uma rubrica feita, sobre o investimento de alguns milhares de euros relativos a equipamentos que foram adquiridos para a Casa da Cultura, gostava de saber qual foi o tipo de equipamento e o respetivo montante investido uma vez que esse equipamento estava cedido por contrato a outra entidade, queria saber se foi feito ou não um procedimento administrativo e qual o seu objetivo, se era para substituir algum equipamento já existente ou se era uma substituição direta por um mais moderno e quem fez a escolha técnica do mesmo.

Em seguida o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Começou por responder ao Sr.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado António Correia ao dizer que não concordava com muitas das publicações de alguns meios de comunicação social e que estas não dignificavam nada Santa Comba Dão. Deu o exemplo da postura do Jornal do Centro relativa à gala dos vinte e cinco anos da Adices, um espetáculo de grande qualidade, onde esteve presente o Sr. Vereador João Onofre, com a participação de grupos culturais de todos os concelhos que dela faziam parte e da Orquestra do Conservatório, lamentou que este, apesar de ter estado presente, não tivesse publicado nenhuma notícia como era talvez a sua obrigação. O Sr. Presidente da Câmara disse que também subscrevia o que o Sr. Deputado dizia relativamente às notícias que são deturpadas em relação a determinadas situações. Também informou que na semana anterior à realização desta Assembleia Municipal tinha aparecido no semanário Defesa da Beira um artigo sem nome e que isso era de uma enorme gravidade, assegurou que o jornal o deveria assumir como editorial ou que então teria a obrigação de lá colocar a autoria, parecendo-lhe isso ser uma atitude de enorme cobardia. Disse ser uma obrigação que ao fazer-se uma publicação o autor devesse assumir o que escrevia. O artigo era genérico dizendo que as pessoas não se deviam justificar com a dívida, contudo o Sr. Deputado disse que havia dívida sustentável e dívida herdada que o não era, para a qual era necessário encontrar caminhos para a resolver.

Em relação ao aquecimento disse ao Sr. Deputado que o problema do aquecimento dos centros educativos sul e centro não era responsabilidade da Câmara Municipal, porque ela é arrendatária, o modelo que o anterior Executivo criou para construir os centros escolares, que custaram nove milhões de euros, facto já aqui referido várias vezes com a agravante de nenhum centro escolar ter custado mais de dois milhões de euros no país, acarretou todo este tipo de dificuldades. Como os centros educativos não foram candidatados a fundos comunitários estávamos a pagar 600 mil euros de rendas por ano, ou seja, ao fim de vinte e cinco anos têm um custo de trinta milhões de euros. Se tivessem sido feitos com uma opção inteligente de candidatura a quadros comunitários não estaríamos assim. O segundo problema é que o Executivo anterior de Santa Comba Dão resolveu colocar nas coberturas painéis fotovoltaicos, para reduzir o consumo de energia, mas a cobertura não estava preparada para suportar esse tipo de equipamento, colocando gravíssimos problemas de infiltrações, tendo os empreiteiros recusado assumir a responsabilidade, uma vez que ninguém lhes tinha comunicado tal nem pedido autorização para colocar esse tipo de equipamento. Quando o Sr. Deputado António Correia foi vereador no Executivo anterior não acautelou nenhum contrato de manutenção relativo ao sistema de aquecimento e, por isso, durante muitos anos aqueles sistemas nunca foram acompanhados, surgindo agora estes problemas



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

derivados à falta de manutenção. Por outro lado, a empresa responsável pela sua colocação faliu e até ao momento ainda não foi encontrada nenhuma outra que consiga resolver este problema. Sobre a questão do canil referiu que, a nível da AMPB e dos cinco municípios que dele fazem parte, estavam em conjunto a tentar encontrar uma solução. Relativamente à Escola Profiacademos e à candidatura aos fundos comunitários disse que era um assunto que o preocupava mas que estava nas mãos do Sr. Liquidatário e que esse pretendo desvio de verbas foram da responsabilidade do Sr. Liquidatário e não da Câmara Municipal. Também disse ao Sr. deputado que foram recebidos à volta de 30 mil euros de uma candidatura semelhante pelo anterior executivo camarário, que a candidatura não foi concretizada, que o dinheiro foi gasto indevidamente, e por esse facto tinha de ter sido devolvido, o que não aconteceu.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira sobre a passadeira para peões adiantou ser esta uma preocupação e que o assunto iria ser analisado para ver se era possível uma solução. Depois disse que as preocupações do Sr. Deputado eram as da Câmara Municipal e que sobre o desenvolvimento do concelho estavam a trabalhar nisso. Focou que os três últimos anos foram duros, a situação encontrada era catastrófica e uma coisa era ter dívidas, outra era ter o Município em rotura total. Disse, hoje poder afirmar, que o Município de Santa Comba Dão era credível e que nenhuma empresa criava problemas relativamente ao pagamento se fosse feita uma aquisição de equipamento, enquanto que no passado isso não acontecia. Relativamente às termas do Granjal havia uma parte que dependia da Câmara e outra dependia de encontrar parceiros privados e, para isso, estavam a ser feitos esforços. Podia dizer que tinham um potencial interessado, que já veio ver as condições locais e ficaram de ver as condições contratuais. Relativamente à situação dos comerciantes, o comércio local está com problemas mas que este era problema transversal aos concelhos do interior. Referiu caber a todos encontrar mecanismos que invertessem esta situação. Disse esperar ser este um tempo de voltar a ter esperança.

Respondendo ao Sr. deputado Marco Varela disse não saber precisar o valor do equipamento adquirido, mas andava à volta de dez mil euros, e foi feito porque se verificou que havia absoluta necessidade. Este novo equipamento não resolvia todos os problemas, pois desde a sua inauguração até muito recentemente não se tinham feito gastos em equipamento na Casa da Cultura. Hoje com as novas tecnologias e com a degradação dos equipamentos existiam problemas gravíssimos na realização de espetáculos ao nível de som e de luzes contudo, acrescentou, existiu sempre a colaboração de a Câmara de Tábua que foi emprestando alguns equipamentos,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relembrando que noutras situações os equipamentos foram alugados, para que os espetáculos e eventos tivessem qualidade. Portanto o equipamento adquirido foi ao nível do som e das luzes.

O Sr. Presidente da Assembleia, em seguida, fez o convite para o concerto de gala da Filarmónica Pinheirense na Casa da Cultura, em que o referido equipamento ia ser utilizado.

O Sr. Deputado António Correia solicitou uma nova intervenção para dizer que percebia o incómodo que os centros educativos estavam a causar, mas voltava a repetir que o Executivo tinha o apoio do PPD/PSD para tomar as medidas urgentes que entendesse para resolver a situação. Perguntou ainda se depois da explicação que deu se a culpa de não haver aquecimento nos centros educativos era do anterior Executivo pressupõe-se, pensava, que toda a gente entendeu o que o Sr. Presidente quis dizer e que não era verdade. Mesmo quando o Sr. Presidente da Câmara se virou para o Sr. Deputado e disse: - para que saiba – lhe queria dizer que agradecia a simpatia mas que era uma pessoa relativamente informada, recebia ensinamentos de todos mas nem sempre gostava da forma como o tratavam.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara mencionando que não disse que a culpa foi do anterior Executivo mas que indiretamente era. Se não tivessem deixado o Município na situação financeira que deixaram e se tivessem contratualizado a manutenção, estes problemas não existiriam.

Neste momento o Sr. Presidente da Câmara foi interrompido pelo Sr. Deputado António Correia que lhe disse para ter vergonha na cara.

De imediato o Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que não consentia este tipo de intervenções.

O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra dizendo ao Sr. Deputado António Correia que não lhe admitia isso, que a instituição de Presidente da Câmara merecia mais respeito do que aquilo que ali se tinha passado. Concluiu dizendo que se tivesse existido um contrato de manutenção os centros educativos não teriam chegado ao ponto a que chegaram e os equipamentos não tinham avariado, reafirmando a grande responsabilidade do anterior Executivo.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3- PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017/MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS OS ARTIGOS 28º E



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29º DO ANEXO À LEI Nº35/2014, DE VINTE DE JUNHO (LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS) = PRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o projeto em causa.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Interveio o Sr. Deputado Manuel Luís Leitão que inquiriu, relembrando a dívida, se era verdade que o nosso concelho ia ser penalizado em mais de um milhão de euros que teriam de ser devolvidos. Gostava de saber, pois tinha a ver com responsabilidade política, como podiam desaparecer assim tal quantia. Lamentou que depois deste acontecimento gravoso, quando se pensava que estava tudo regularizado, tenham surgido mais trezentos mil euros para devolver e que quando todos queríamos que o Município vivesse de perfeita saúde financeira aparecesse mais uma contrariedade com a devolução de dinheiro. Esperava que todos tivessem a consciência de que isto nunca mais poderia voltar a acontecer no futuro, porque mais de um milhão de euros dava para fazer muita coisa.

Em seguida tomou a palavra o Sr. Deputado António Correia, dizendo que relativamente à intervenção anterior as responsabilidades políticas tinham de ser assumidas e que se para o ano haveria eleições esse era o momento para todas essas questões serem abordadas. Pronunciou ter a certeza que aquilo que os santacombadenses iriam querer saber era do futuro. A seguir disse que a proposta do orçamento, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos três anos, apresentava um desvio das despesas correntes e das despesas de capital, um aumento de cerca de 8%, isso sim era aquilo a que a notícia se devia referir, era um sinal que revertia o que tinha sido a tendência nos últimos três anos. Dizendo que continuamos com dificuldades na arrecadação de receita própria e, de momento, já era insuficiente para cobrir as despesas com pessoal. Relativamente às opções do plano tinha de dizer que havia um conjunto de promessas e expectativas criadas por este Executivo em dois mil e treze que estavam praticamente caídas em saco roto. Já se tinha aqui falado na questão do turismo, do projeto do Granjal, sabiam que não era fácil, mas que não podiam chegar com o documento sem saber os pormenores do que tem sido feito. O Sr. Presidente da Câmara disse que tinham sido feitos esforços e queria saber quais, porque em termos de orçamento nada estava plasmado que os levasse a acreditar nisso. Relativamente ao centro interpretativo do Estado Novo era de facto mais uma promessa que parecia esquecida no orçamento. O Sr. Deputado disse ainda que houve uma candidatura da Adices no âmbito das figuras históricas e queria saber o ponto da situação da mesma. Na área do



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento económico não ouviu o Sr. Presidente da Câmara falar sobre os custos da dinamização e desenvolvimento económico, parecendo não existir uma aposta da capacitação do nosso concelho para competir no acolhimento empresarial, enquanto víamos os nossos vizinhos, entre 2008 e 2013, crescer e criar emprego. Sabiam que não teriam condições para efetuar investimentos similares, mas que algum investimento podia ser sido feito nesta área, que era vital para o nosso desenvolvimento, verificou não ser esta a opção política deste Executivo, que para a bancada do PPD/PSD era legítimo, mas que não concordavam. Disse que as realidades podiam ser comparadas mas que alguma coisa devia ser feita neste orçamento. Aludiu a questão das freguesias que mais uma vez eram votadas, neste orçamento, ao esquecimento, com valores absolutamente residuais para as suas intervenções.

Resumindo, este orçamento baseava-se essencialmente em quatro grandes projetos, a construção do centro de saúde de S. João de Areias, que se previa iniciar durante o ano de dois mil e dezassete; a reabilitação urbana, em que o investimento ia ser concentrado em Santa Comba Dão, não impedindo isto que outras áreas pudessem ser criadas com propostas eventualmente não financiadas mas como um conjunto de outros benefícios que esse locais poderiam usufruir. O Sr. Deputado ainda referiu a requalificação da EB2/3. Também expressou dúvidas sobre o teatro musical, pois defende que o trabalho feito pelo Conservatório deveria ser candidatado a fundos comunitários e não sabia se depois da explicação do Sr. Presidente da Câmara se enquadrava aqui ou não. Estranhou no orçamento estarem alguns projetos com todo o valor concentrado no ano de dois mil e dezassete, mas depois existem outros que estão faseados nos três anos subsequentes e queria saber qual era a justificação para esta diferença. Não percebia qual era a aposta e podia dizer que achava o orçamento do Executivo sem passado, sem presente e futuro, era a sua visão. Era um documento estratégico para o concelho em que nada se via e o PPD/PSD entendia que este não era o caminho, no entanto deixava claro que cabia a quem liderava tomar as opções políticas que entendesse adequadas, cabia-lhe assim respeitar e discordar quando assim o entendesse. Comunicou que com base nestes pressupostos o PPD/PSD votava contra o orçamento.

Por último foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira dizendo que efetivamente o orçamento deixava alguns pontos de interrogação e que estes eram um alerta para o Executivo. Observou que não estaria tudo a cem por cento e que sabia que nos deparamos com uma vida difícil não cobrindo as receitas a totalidade das despesas, embora constatando que tinha sido iniciado há três anos um processo de inversão que fez com que a dívida diminuísse. Era assim natural que se pudesse



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prever um futuro mais complicado para todos os santacombadenses. Acrescentou que embora continue a ser um orçamento de contenção, de muito rigor, que isto no entanto não obstasse a que não se tivesse esperança no futuro. Informou ir dar o benefício da dúvida, mas que esperava para ver o que ia acontecer. Disse que o concelho esperava da nossa parte um sentido de grande responsabilidade. Isto significava que o CDS/PP se iria abster, esperando que no final se notassem melhorias sensíveis e que todos nós encontrássemos um melhor caminho de esperança.

O Sr. presidente tomou a palavra para responder às intervenções dos senhores deputados. Relativamente ao Sr. Deputado António Correia disse até compreender que a sua intervenção pudesse ser feita por outra pessoa da sua bancada, pois o Sr. Deputado tinha estado num Executivo de oito anos e que era preciso muita coragem para vir fazer as afirmações que fez; um executivo em funções durante oito anos que não teve um plano de desenvolvimento estratégico para Santa Comba Dão em nada, que recebeu dinheiro que estava a custar caro aos santacombadenses. Por exemplo o Município recebeu da AMPB um milhão e quinhentos mil euros por conta do contrato de concessão das águas que hoje estão a fazer com que o custo da água seja elevado, recebeu da contrapartida da concessão dos parques de estacionamento de quase um milhão de euros, de uma área que vendeu para loteamento recebeu setecentos mil euros e que não fez as infraestruturas, recebeu quarenta e sete mil euros de um lote que vendeu no parque industrial da Guarita e não resolveu o problema do empresário que cedeu o lote. Pergunta ao Sr. Deputado António Correia relativamente ao Centro Interpretativo do Estado Novo o que é que foi feito durante oito anos? Em relação ao Granjal o que foi feito em oito anos? Foi feito o furo e em termos de promoção do investimento encontrar o investidor, o que foi feito?. O Sr Deputado fala na dinamização económica dos concelhos de Mortágua e Carregal do Sal, o que é que Santa Comba Dão fez nos últimos oito anos sobre dinamização económica quanto às empresas e que parques industriais construíram? Que captação de novas empresas é que teve? O Sr. Presidente da Câmara disse que o Executivo do Sr. Deputado António Correia poderia ter deixado um concelho endividado mas com rumo, mas não, deixou um concelho falido à beira do colapso. Perguntava o que é que fizeram ao dinheiro. O Sr. Presidente da Câmara disse que se forem ver as despesas com o pessoal de 2005 a 2012, o plano estratégico foi passar, por ano, de mais ou menos 2,4 milhões de euros para quatro milhões de euros de despesa com pessoal. Neste momento as despesas do Município com o pessoal eram de dois milhões e quinhentos mil euros, mais ou menos o que estava em 2005. Admitia esta intervenção de qualquer deputado da bancada do PPD/PSD, mas que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials]

houvesse bom senso de alguém que teve tantas responsabilidades no passado, tomando opções estratégicas erradíssimas no que dizia respeito à área da educação nomeadamente com os centros escolares. Relativamente às freguesias disse ser o valor possível e que neste momento iria apoiar as juntas de freguesia dentro das possibilidades. Que estes três anos tinham sido de recuperação de um Município que estava em colapso.

O Sr. Presidente da Câmara voltou a tomar a palavra para responder à intervenção do Sr. Deputado António Correia dizendo que os santacombadenses avaliaram em 2013 mas que isso não invalidava que o concelho tenha de continuar a viver e que depois da situação catastrófica em que ficámos qualquer pessoa sabia por exemplo que a devolução de mais um milhão euros foi devido a opções estratégicas erradíssimas. Era evidente que em termos de apoio empresarial, devido à situação financeira que o anterior executivo deixou, não tinham como competir com os municípios. Pediu de novo a palavra o Sr. Deputado António Correia para defesa da honra dizendo que as eleições foram há três anos e que o Sr. Presidente da Câmara não demonstrava querer mudar o discurso e que já perceberam qual iria ser o discurso da próxima campanha eleitoral, mas vir dizer que não se fez nada em oito anos não era verdade. Também disse que o Sr. Presidente da Câmara o tinha ouvido mal, nomeadamente no que tocava ao acolhimento empresarial industrial, disse que de facto a partir de dois mil e treze houve uma nova fase de investimento industrial na região, Tondela e Mortágua. Entre 2008 e 2013, não tiveram este tipo de investimento porque a situação da Câmara não permitia os mesmos investimentos, mas que era preciso dar sinais e que neste orçamento não viam isso. Foi isso que quis dizer e que sobre o que fizeram ou não fizeram os santacombadenses avaliaram em 2013 e o que o Sr. Presidente da Câmara fez os santacombadenses vão avaliar em 2017. de Tondela e Mortágua. Ainda referiu que Sr. Deputado estava completamente enganado pois o desenvolvimento de Tondela não foi de 2013 para cá, havia começado muito antes.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estava presente o Sr. Deputado Fernando Cruz. Este ponto foi aprovado por maioria, com 13 votos do PS, uma abstenção do CDS/PP e dez votos contra do PPD/PSD.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.4-COMPROMISSOS PLURIANUAIS=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, PARA A ASSUNÇÃO PLURIANUAL DE COMPROMISSOS, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO6ºDA LEI Nº8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI Nº 22/2015, DE 17 DE MARÇO E CONSEQUENTE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL , NAS SITUAÇÕES EM QUE SE VERIFIQUE O ESTADUÍDO NO Nº 3 DO CITADO ARTº 6º = PRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estava presente o Sr. Deputado Fernando Cruz. Este ponto foi aprovado por unanimidade com vinte e quatro votos, sendo 13 votos do PS, um voto a favor do CDS/PP e dez PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.5-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, EM 2017/ (ARTº50º DA LEI Nº 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO) = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal a proposta de alteração acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estava presente o Sr. Deputado Fernando Cruz. Este ponto foi aprovado por unanimidade com vinte e quatro votos, sendo 13 votos do PS, um voto a favor do CDS/PP e onze PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6-PAEL TERCEIRO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO/2016 (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12ºDA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO= ACOMPANHAMENTO;

Neste ponto dos trabalhos foi dada a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o relatório acima referido e fazer a sua apreciação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos, e como nenhum deputado se inscreveu passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.7-DECLARAÇÃO 6ªALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO- ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO= CONHECIMENTO;

O Sr. Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a 6ªalteração do plano Diretor Municipal de Santa Comba Dão, alteração por adaptação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos, e como nenhum deputado se inscreveu passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.8-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES, NO TOCANTE À AUTORIDADE DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Correia para justificar a abstenção pessoal sobre o assunto dizendo que muitas vezes os autarcas reclamam mais competências para o poder local, evitando a centralidade em Lisboa, mas por outras vezes, quando era dada essa autonomia, se acabava por delegar numa outra entidade, neste caso na CIM. Apesar de achar que esta fazia um trabalho muito importante para os municípios colocava, neste caso específico dos transportes, algumas reservas. Assim, e ainda dentro do mesmo assunto, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se esta delegação não traria custos para o município e se não iria piorar uma rede de transportes que considerava ajustada e das mais baratas da região centro, ou seja, no que dizia respeito aos transportes escolares éramos o concelho em que as nossas crianças saíam mais tarde e regressavam mais cedo a casa. Aquilo que temia com esta delegação de competências, dado a nossa rede ficar dependente dos outros concelhos à nossa volta, era que viéssemos a perder alguma desta qualidade de serviço. Disse haver uma cláusula que dizia que a qualquer momento podíamos recuperar as competências, mas se as recuperássemos fora desse âmbito, por acharmos que efetivamente deixávamos de ter um serviço com qualidade, não iria ficar-nos mais caro. Disse ser uma decisão difícil mas que pessoalmente, pelas razões colocadas e porque tinha dúvidas sobre o que viria no futuro, se iria abster.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que todos os municípios o estavam a fazer e que a situação dos transportes escolares ficava acautelada. Afirmou que estaria lá



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

para defender os nossos interesses e que, nesta fase, era muito difícil o Município, por si só, assumir esta responsabilidade. Alegou falta de competência técnica e outro tipo e afirmou que sim, que iria acautelar esta situação. Lembrou as palavras do Sr. Deputado observando que se a qualquer momento se entendesse que não estavam a ser acautelados os nossos interesses se retiraria deste conjunto de municípios

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por maioria, com vinte e um votos, sendo onze votos do PS, e oito votos do PPD/PSD, um voto do CDS/PP e uma abstenção do PPD/PSD, do sr. Deputado António Correia, estando ausentes no momento da votação dois deputados do PS e dois deputados do PPD/PSD

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.9-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: “BASTA ! NEM MAIS UMA MORTE NO IP3” = APRECIACÃO, DISCUSSÃO E EVENTUAL VOTAÇÃO COMO MOÇÃO.;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.10- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: “ESTAÇÃO DE CAMINHOS-DE-FERRO – MELHORES CONDIÇÕES SÓ COM MAIS INVESTIMENTO” = APRECIACÃO, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO COMO MOÇÃO.

Neste ponto dos trabalhos foi dada a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o relatório acima referido e fazer a sua apreciação.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste ponto intervenções por parte do público pediu a palavra a Senhora Elisabete Viegas, residente em Santa Comba Dão, para dizer que temos uma cidade bonita e que não deviam haver rivalidades políticas e que os vereadores estavam nesta Assembleia para defender o povo. Depois disse que deveriam existir mais pontos de recolha de lixo, como por exemplo pequenos cinzeiros de rua para os fumadores. Por último também se referiu ao problema dos animais abandonados e a necessidade da existência de um canil.

A minuta da ata após ter sido lida em voz alta foi posta à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, neste momento não estavam presente os Sr. Deputados José Augusto Morais, Jorge Amaral, Fernando Cruz e Marco Varela, sendo aprovada por unanimidade com vinte e um votos, onze votos do PS, nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas catorze horas e seis minutos, da qual e para constar se lavrou a presenta ata que vai ser assinada pela Mesa.

Anexos:

- 1- Intervenção do Grupo Parlamentar do PPD/PSD
- 2- Intervenção do Grupo Parlamentar do PS



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**Bom dia Exmos. Sr.
Presidente da AM;
Srs. Secretários;
Sr. Presidente da CM;
Senhores Deputados;
Público em geral**

No passado dia 13 de Dezembro no âmbito das comemorações dos 40 anos das primeiras eleições democráticas do poder local, decidiu a Câmara Municipal, por iniciativa dos Vereadores do PSD, homenagear os primeiros eleitos a 12 de Dezembro de 1976.

Louva-se a iniciativa pelo simbolismo da mesma mas sobretudo por ser um momento que nos deve levar a reflectir a todos sobre o trabalho autárquico e seus protagonistas em geral, e relativamente a Santa Comba Dão em particular.

Podemos seguramente dizer que estes 40 anos foram anos de dedicação, de empenho, de altruísmo, de dedicação á causa pública, a Santa Comba Dão e aos Santacombadenses. Podemos igualmente dizer sem qualquer espécie de dúvidas que foram anos de desenvolvimento social e económico no sentido mais abrangente do termo. Bastaria olhar para trás para percebermos o que eu somos e o que temos hoje em Santa Comba Dão para facilmente aferirmos essa realidade.

Todos os autarcas que exerceram funções executivas e deliberativas na nossa terra, desde há 40 anos atrás até aos dias de hoje, são homens e mulheres que tudo deram e acredito que tudo dão no sentido de ver melhorar a sua terra e o nível de vida das suas gentes. Não duvido minimamente disso. Errando algumas vezes. Mas acertando muito outras.

Entendo que poderiam ter havido outros caminhos mais prósperos...mas os que foram seguidos foi com a firme convicção que eram os melhores.

Com o emergir da democracia no poder local em 1976, viveu-se seguramente uma época de grande intensidade na vida política, com as diversos forças partidárias a quererem afirmar as suas convicções, os seus ideais. Seguramente que esses primeiros anos terão sido entusiasmantes, motivadores e claramente mobilizadores. Uma luta acesa mas leal. Cordata



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

em que o respeito pelos adversários políticos era á prova de bala. Mas a característica que mais marca esses primeiros anos de democracia no poder local era que os interesses políticos e pessoais, após eleições ficavam á entrada da porta da CM. Da porta para dentro eram os interesses, e só os interesses dos santacombadenses que estava em jogo. Isso é a verdadeira essência da democracia e penso que nessa matéria podemos agradecer a quem viveu esses momentos pelos ensinamentos que nesta matéria deram aos vindouros.

Infelizmente esses comportamentos não fizeram escola para alguns. No entanto continuo em crer que a esmagadora maioria de quem esteve e de quem está procura seguir estes exemplos!

Com o passar dos anos, felizmente o escrutínio popular e social foi aumentando relativamente ao comportamento dos autarcas e alguns foram os momentos em que, não na nossa terra, repito não em santa Comba Dão, foram dados exemplos que levaram a que a que se iniciasse um processo gradual de desconfiança perante a politica e os políticos. No entanto a grande verdade é que não há democracia sem políticos. E sem democracia o que nos espera é a anarquia, espaço previligiado para o emrgir de soluções totalitárias que não desejamos repetir. Cabe-nos pois, a todos nós, contribuir para inverter esta tendência, mantendo-nos fieis aos nossos compromissos e princípios e participando activamente na vida politica. Sabemos que é cada vez mais difícil....continua a ser muito mais fácil estar em casa no sofá a criticar!

Os políticos continuam a ser vistos como privilegiados..... é verdade no poder local no que toca ás questões da s relações humanas, no que toca a poder contribuir para a melhoria das condições de vida de um determinado agregado, por podermos disponibilizar a uma criança meios e recursos poder desenvolver as suas aptidões etc. Nisso, de facto, o poder local é verdadeiramente privilegiado!

Em tudo o resto os autarcas não serão privilegiados. É preciso notar que na era da informação e do digital em que vivemos, é preciso ter coragem e um grande sentido de missão para enfrentar a informação e contra informação ao minuto e para se expor de uma forma intensa aos outros. Expondo-se a si e á família. Quem já exerceu funções executivas sabe do que falo. E esta exposição, de facto, não tem preço.



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

É no entanto também preciso dizer que o poder central, tentando dar um exemplo aos cidadão sobre os privilégios dos políticos, ou neste caso o fim de alguns deles, olhou para aquele que considerava e provavelmente ainda considera o elo mais fraco da cadeia, os que mais expostos estão dos políticos.....os autarcas.

Relembro por exemplo um conjunto de benefícios que acabaram para os autarcas locais, definidas por um governo do partido socialista em 2005, nomeadamente no que tocava á contagem do tempo de serviço em dobro e ao subsidio de reintegração.

Para concluir Sr Presidente, entendo que devemos ter orgulho destes anos, dos autarcas que os protagonizaram e protagonizam e que todos eles contribuíram de diferentes formas para termos um Concelho mais desenvolvido e solidário do que tínhamos há 40 anos atrás.

O líder do grupo parlamentar

António José Correia

[Handwritten mark]

Augusto In's



[Handwritten signatures in blue ink]

UNIDADE DE RADIOTERAPIA

CENTRO HOSPITALAR TONDELA-UISEU

É COM MUITO AGRADO QUE O GRUPO PARLAMENTAR DO P.S. TEM CONHECIMENTO QUE FINALMENTE VAI SER CONCRETIZADO UMA PRETENSÃO, ALIÁS MAIS QUE JUSTA DA INSTALAÇÃO NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA – VISEU, DA UNIDADE DE RADIOTERAPIA, QUE VAI SERVIR O DISTRITO DE VISEU, GUARDA E CASTELO BRANCO. JÁ O GRUPO PARLAMENTAR DO PS NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA A.M. 30 DE ABRIL DE 2015, TOMOU POSIÇÃO NO SENTIDO DE REFORÇAR ESTA PRETENSÃO. TAMBÉM NA 3ª SESSÃO A.M. DE 29 DE JUNHO DE 2015, FOI REFERIDO QUE O GOVERNO ESTAVA PARA AUTORIZAR EM VISEU UM CENTRO DE RADIOTERAPIA A PRIVADOS, DESCURANDO O QUE SERIA JUSTO E RAZOÁVEL, QUE SERIA DOTAR O CHTV DESTE EQUIPAMENTO E TRATAMENTO AO SECTOR PÚBLICO. NA 4ª SESSÃO DA A.M. O PS FEZ UMA INTERVENÇÃO SOBRE O “SNS PARA TODOS”, CONTRARIANDO O DESPACHO Nº13877-A/2013, QUE APONTAVA PARA O NÚMERO REDUZIDO DE CENTROS DE TRATAMENTOS ONCOLÓGICOS.

É COM MUITO AGRADO E SATISFAÇÃO QUE TIVEMOS CONHECIMENTO QUE NA INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL CUF-VISEU, (29.11.2016), O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, ANUNCIOU A CRIAÇÃO NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA –VISEU, DA IMPORTANTE INFRA-ESTRUTURA, QUE VEM BENEFICIAR EM MUITO, A POPULAÇÃO DESTAS REGIÕES, QUE ABRANGE OS DISTRITOS DA GUARDA, VISEU E CASTELO BRANCO.

VAMOS PROPOR A AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DESTA MOÇÃO, QUE SERÁ ENVIADA AO GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO, MINISTÉRIO DA SAÚDE, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, CÂMARAS E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE VISEU, GUARDA E CASTELO BRANCO E Á CIMV,DÃO-LAFÕES.

SANTA COMBA DÃO, 17 DE DEZEMBRO DE 2016.

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA.

[Handwritten signature in blue ink]